

O secretário-geral de Administração do TCU, Sérgio Freitas de Almeida, apresentou a palestra “TCU Sustentável”, na qual destacou que, na esfera administrativa, o TCU vem adotando soluções cada vez mais corretas sob o ponto de vista ecológico. Citou como exemplos o Projeto Segedam sem Papel, o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério do Meio Ambiente e o Termo de Parceria com a Associação Amigos do Futuro para a coleta seletiva de materiais recicláveis. Lembrou, ainda, que, na construção do edifício anexo III do TCU, serão utilizadas torneiras de baixo consumo e válvulas de descarga inteligentes. Esse tipo de equipamento alia economia e conforto tecnológico de ponta aos usuários. As torneiras serão acionadas por meio de leve toque e possuirão fechamento automático, com potencial econômico de até 55%.

PROJETO TCU SUSTENTÁVEL

Ciente de que exerce papel gerador e incentivador de boas práticas na Administração Pública e de que também é responsável pelo impacto de suas atividades no desenvolvimento sustentável do país, o tribunal aprovou em 2005 o Projeto TCU Sustentável, com o objetivo de realizar levantamento das ações administrativas e de controle externo que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Foi então definida uma estratégia e estabelecidos objetivos e planos para impulsionar o desenvolvimento, mediante ações que integrem às suas atividades diárias o conceito de sustentabilidade.



Atuação do TCU gera economia de R\$ 19,6 bi para os 25 anos de concessão de rodovias

A atuação do Tribunal de Contas da União na licitação dos sete trechos rodoviários constantes da segunda etapa do programa de concessões de rodovias federais representou uma economia de R\$ 19,6 bilhões para os 25 anos de concessão. Após os ajustes determinados pelo TCU, que reduziram o valor médio das tarifas para os sete lotes em cerca de 28 % (redução de 43,06% para a Fernão Dias e de 43,48% para a Régis Bittencourt) e a Taxa Interna de Retorno de aproximadamente 18% para 8,95%, houve intensa concorrência e deságios expressivos em todos os trechos.

Segundo o presidente do TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues, “o resultado da licitação para a concessão dos sete trechos rodoviários constantes da 2ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais inseridas no Programa Nacional de Desestatização comprova que o Tribunal de Contas da União sempre esteve no caminho correto ao exigir correções e ajustes nos estudos de avaliação econômico-financeira que embasaram a fixação das tarifas máximas de pedágio”.